

Espelho de correção

Questão 1

Lorenzo faleceu, enquanto dormia no interior de sua residência, em razão de ter sido atingido por projétil de arma de fogo, disparado quando ocorreu uma operação policial na localidade em que morava. Embora não tenha sido possível identificar se o tiro foi deflagrado por agente estatal, os familiares de Lorenzo alegam que têm convicção de que o disparo foi realizado pelo oficial da polícia militar Bruno.

Diante dessa situação hipotética, os familiares de Lorenzo estão divulgando, nos meios de comunicação, que irão ajuizar ação em face do ente federativo e de Bruno, com vistas a obter reparação no âmbito da responsabilidade civil do estado.

Enfrente as peculiaridades acerca do tema, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, destacando os seguintes aspectos:

- A) a natureza da responsabilidade civil do estado e a teoria pertinente;
- B) os elementos caracterizadores da responsabilidade civil do estado;
- C) a possibilidade de alegação de causas interruptivas do nexo de causalidade e, eventualmente, a identificação daquelas admitidas pelo Pretório Excelso;
- D) a suficiência da alegação de que a operação policial é lícita para fins de afastar a responsabilização civil;
- E) a viabilidade de Bruno constar do polo passivo de tal demanda para fins de obter a responsabilização civil do estado no caso em análise.

Valor: 5 pontos

Máximo de 30 linhas.

Questão 01	Máximo valor do item
a) Considerando o disposto na Constituição da República (Art.37, §6º, da CRFB/88) a responsabilidade do Estado em decorrência da conduta de seus agentes é objetiva, com base na teoria do risco administrativo. Obs: Indicar a teoria do risco integral ou a imputação volitiva contraria a orientação do STF. Não basta indicar teoria do risco, sem especificar qual risco.	1.00
b) Os elementos caracterizadores da responsabilidade civil do Estado são: conduta (ou ação/omissão ou fato administrativo –a operação policial); o dano (o óbito) e o nexo de causalidade (causalidade direta imediata entre a operação policial e o dano). Obs: A pontuação integral depende da indicação de todos os elementos em contexto adequado.	1.50
c) É possível a interrupção do nexo de causalidade, devendo, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, restar evidenciada pelo Estado uma das seguintes situações: I) que os agentes estatais não provocaram as lesões, seja porque, por exemplo, não dispararam arma de fogo ou engajaram em confronto em local diverso do dano; II) a culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro. Obs: Também foi considerada a resposta no sentido de que são causas excludentes do nexo de causalidade: caso fortuito ou força maior, fato de terceiro e a culpa exclusiva da vítima. Contudo, a pontuação integral depende da indicação de peculiaridades pertinentes à situação descrita, para o que não é determinante que o disparo tenha saído da arma do agente no contexto da operação policial, consoante a orientação do Supremo Tribunal Federal.	1.00
d) Não é suficiente a negativa de ação ilícita (ou seja, que a operação policial foi lícita). Obs: Apontar circunstâncias quanto à licitude da operação não responde ao questionamento, que é específico se a alegação da licitude é suficiente para a afastar a responsabilidade.	0.50
Bruno não tem legitimidade para constar do polo passivo da demanda, na medida em que deve responder perante o Estado em ação de regresso, nas hipóteses de dolo ou culpa (responsabilidade subjetiva do agente). Obs: Necessidade de indicar fundamento para a ação de regresso, que pode ser a teoria do órgão (imputação volitiva), ou a dupla garantia ou a responsabilização subjetiva do agente (dolo ou culpa). A simples indicação de ação de regresso não é suficiente para a pontuação quanto ao fundamento.	1.00
Valor máximo da Questão 01	5

Oficial da PM (QOPM)

Espelho de correção

Questão 2

Após diversos episódios de violência armada, inclusive com situações que levaram a óbito integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), parcela considerável dos policiais militares se reuniu para debater o assunto e, ao final do processo, deflagrar um movimento grevista, a fim de paralisar a atividade policial da corporação. Avisado da referida ideia e no intuito de satisfazer a categoria com relação à necessidade de maior segurança, o governador do estado, inovando quanto à matéria licitatória e a respeito do Estatuto do Desarmamento, comunicou que havia sancionado e promulgado, na semana anterior, restando apenas a publicação no Diário Oficial do Estado, uma lei ordinária que permite, com dispensa de prévio procedimento, a venda direta de armas de fogo do patrimônio da PMERJ a seus policiais.

Na condição de policial militar, integrante da cúpula da corporação e responsável pela análise jurídica de assuntos como o presente, deve o candidato, com base nos dados fornecidos pelo enunciado, abordar os temas de direito constitucional sobre característica do direito fundamental de greve, bem como eventual (im)possibilidade constitucional de restrição e de exercício, tanto por servidor público civil comum, como por militar, do direito fundamental de greve. No que se refere ao tema da partilha de competência, o candidato deve discorrer sobre a forma de Estado adotada no Brasil, o critério, em geral, de entrega de competência à União e sua finalidade, a distinção entre competências legislativa e material, assim como os tipos de competência presentes no enunciado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Valor: 5 pontos

Máximo de 30 linhas.

Questão 02	Máximo valor do item
1.1) menção à greve como direito fundamental social reivindicatório, pautado na dignidade da pessoa humana	0.50
1.2) menção à possibilidade constitucional de restrição a esse direito fundamental: o próprio Constituinte fez diversas alusões a restrições	0.50
1.3) possibilidade de exercício desse direito por servidor público civil comum	0.50
1.4) impossibilidade de seu exercício por servidor público militar: braço armado do Estado não faz greve	0.50
2.1) menção à adoção pelo Brasil da federação como forma de estado	0.50
2.2) menção ao critério de entrega de competência à União para assuntos de interesse geral (nacional) que reclamem tratamento uniforme	0.50
2.3) breve distinção entre competências legislativa e material: edição de norma geral, abstrata e impessoal, e execução de atividade administrativa	0.50
2.4) competência legislativa privativa da União para normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares	0.50
2.5) competência material exclusiva da União para autorizar e fiscalizar o comércio de material bélico	0.50
2.6) competência legislativa privativa da União para editar normas gerais sobre licitações e contratos	0.50
Valor máximo da Questão 02	5

Espelho de correção

Questão 3

Alberto e o adolescente Júnior ingressam em uma loja de departamentos e retiram de uma prateleira barras de chocolate, que ocultam nas vestes do primeiro. Um segurança, porém, observa a movimentação suspeita e passa a acompanhá-los. Quando eles deixam a loja, sem haverem pago pelos citados produtos, o segurança os aborda, ocasião em que Alberto e o adolescente o agredem, desferindo-lhe socos, e, na sequência, empreendem fuga. Policiais militares, que estavam numa viatura em patrulhamento pelo local, ao avistarem Alberto e o menor correndo, e depois de ouvirem alguém gritar “pega ladrão”, iniciam perseguição, logrando alcançar somente Alberto, que, para não ser preso, morde a mão do SD PM Bernardo, lesionando-a sem gravidade, mas acaba detido por este e por seu colega, o CB PM Costa. Com o preso, são recuperados todos os chocolates retirados da loja, no valor de R\$ 87,00 (oitenta e sete reais), além de um simulacro de arma de fogo. Posteriormente à prisão de Alberto, o adolescente-infrator é identificado, restando apurado que ele já possuía antecedentes infracionais.

Diante do caso narrado, discorra sobre a relevância criminal das condutas praticadas por Alberto, à luz do ordenamento jurídico penal.

Valor: 5 pontos.

Máximo de 30 linhas.

Questão 03	Máximo valor do item
1) Reconhecer a prática por Alberto do crime de roubo impróprio, por ter empregado violência contra o segurança da loja, desferindo-lhe socos, logo depois da subtração das barras de chocolate, no intuito de assegurar a detenção da coisa para si (Código Penal, art. 157, §1º).	1.00
2) Imputar ao roubo praticado por Alberto a causa de aumento de pena prevista no art. 157, §2º, II, do Código Penal, pois o crime foi cometido em concurso com o adolescente.	0.50
3) Explicar que, apesar do ínfimo valor das coisas subtraídas, não se aplica o princípio da bagatela, por se tratar de crime cometido mediante violência a pessoa.	0.25
4) Imputar a Alberto o delito previsto no art. 244-B do ECA (Lei 8.069/90), por ter cometido o roubo em concurso com o menor, sendo desimportante o fato de o adolescente possuir outros antecedentes infracionais, nos termos do Tema Repetitivo nº 221 e do Enunciado de Súmula nº 500, ambos do STJ.	1.00
5) Atribuir a Alberto o cometimento do delito de resistência (Código Penal, art. 329, caput), pois se opôs à execução de ato legal (a abordagem era justificada pelas circunstâncias, isto é, a fuga de Alberto e do adolescente e o grito de “Pega ladrão”), mediante violência a funcionários públicos competentes para executá-lo, bem como o crime de lesão corporal leve (Código Penal, art. 129, caput), já que, ao morder o SDPM Bernardo, ofendeu sua integridade física.	1.00
6) Esclarecer que a lesão corporal leve não é absorvida pelo delito de resistência, pois o §2º do art. 329 do Código Penal estipula que as penas do delito de resistência são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.	0.50
7) Informar que, como o simulacro de arma de fogo não foi utilizado por Alberto na prática do roubo, inexistente adequação típica, pois o crime de porte ilegal de arma de fogo, seja de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/03), seja de uso restrito ou proibido (art. 16 da Lei 10.826/03), apresenta como objeto material somente arma de fogo, acessório ou munição, não abrangendo o simulacro de arma de fogo.	0.50
8) Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.25
Valor máximo da Questão 03	5

Espelho de correção

Questão 4

Lucas e Joaquim, policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, estavam em patrulhamento de rotina, ocasião em que se depararam com uma atípica movimentação em frente ao domicílio de Luiz. Em assim sendo, os agentes da lei se aproximaram, discretamente, do imóvel, sem nele adentrar, conseguindo visualizar, a partir de uma janela que estava parcialmente aberta, dinheiro em espécie, uma arma de fogo e pinos contendo substância branca semelhante a cocaína em cima de uma mesa. Na sequência, uma pessoa não identificada ingressou no local e entregou uma nota de vinte reais a Luiz, que, como contrapartida, lhe forneceu quatro dos supracitados pinos. Nesse contexto, os policiais, sem autorização judicial e sem a concordância de Luiz, ingressaram no imóvel, capturando-o em flagrante e arrecadando o material ilícito. Por outro lado, o indivíduo não identificado logrou se evadir. Em sede policial, constatou-se, por meio de prova pericial, que as dezenas de pinos arrecadados continham, em seu interior, cloridato de cocaína (material entorpecente) e que a arma de fogo ostentava potencialidade lesiva, estando devidamente municada. Por ocasião da audiência de custódia, o Ministério Público manifestou-se pela homologação da prisão em flagrante, com a concessão de liberdade provisória ao custodiado Luiz, sem cautelares de natureza diversa da prisão, por se tratar de indivíduo primário e portador de bons antecedentes, seguindo o mesmo raciocínio da autoridade policial que não representou pela conversão da prisão flagrancial em prisão preventiva, tampouco manifestou-se pela aplicação de cautelares diversas de prisões. Contudo, o juiz, considerando a gravidade dos delitos perpetrados, envolvendo, inclusive, uma arma de fogo, converteu, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva. Com base no cenário hipotético narrado, responda de forma fundamentada.

- O ingresso dos policiais militares Lucas e Joaquim no imóvel de Luiz, sem autorização judicial e sem a concordância do morador, ocorreu de forma regular? Contextualize a resposta com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- Que modalidade de prisão em flagrante restou caracterizada no caso concreto? Justifique a resposta à luz do caso apresentado.
- O juízo, ao converter, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva, agiu de forma acertada? Contextualize a resposta com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- Além da oposição de embargos de declaração e de eventual pedido de reconsideração, caso a defesa técnica de Luiz pretenda questionar a decisão judicial prolatada, qual é a via judicial cabível para tanto? Justifique a resposta à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Valor: 5 pontos.

Máximo de 30 linhas.

Questão 04	Máximo valor do item
01) Ingresso regular dos policiais militares no imóvel, ainda que inexistente autorização judicial e consentimento do morador. Presença de fundadas razões (justa causa) de situação flagrancial em curso, aferidas de modo objetivo, à luz do caso concreto apresentado. Observância da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.	1.25
02) No caso concreto, se está diante de um flagrante próprio, porquanto os policiais prenderam Luiz enquanto cometia as infrações penais, nos termos da legislação processual.	1.25
03) O juiz agiu de forma inadequada, em contrariedade ao sistema acusatório. Com o advento da Lei nº 13.964/2019, também conhecida como Pacote Anticrime, vedou-se a decretação oficiosa da prisão preventiva, pressupondo requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial. No caso narrado, não havia, sequer, manifestação do órgão acusatório pela aplicabilidade de cautelares diversas da prisão. Ilegalidade do decreto prisional. Inobservância, pelo juízo, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.	1.25
04) Não há um recurso específico visando à impugnação de decisão judicial que converte a prisão em flagrante em prisão preventiva. Com efeito, no caso apresentado, é plenamente cabível a impetração de um habeas corpus, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça, pois Luiz sofreu coação ilegal na sua liberdade de locomoção.	1.25
Valor máximo da Questão 04	5